



UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

RELOCI – CONTAS DE GOVERNO –
CONSOLIDADO



(ITEM 3.2.1, ANEXO III DA IN TCE/ES 68/2020)

EXERCÍCIO DE 2023



Chefe do Poder Executivo Municipal

Jaime Santos Oliveira Junior

Controlador Geral Interno

Waldenayde Rodrigues Matos

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE PREFEITO - CONSOLIDADA

Emitente: Unidade Central de Controle Interno do Município de Ponto Belo

Unidade Gestora: Município de Ponto Belo

Gestor responsável: Jaime Santos Oliveira Junior

Exercício: 2023

1. RELATÓRIO

1.1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa Unidade de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos



das constatações e proposições sugeridas, além das constatações quanto aos arquivos da PCA, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

2. PONTOS DE CONTROLE VERIFICADOS

Código	Objeto/Ponto de controle	Informações Analisadas	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle ⁸	Amostra Selecionada ⁹
1.1.1	Prestação de contas anual – execução orçamentária	Verificação documental realizada.	LC 101/2000, art. 58.	Avaliar se a prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo evidencia o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.	É evidenciado na prestação de contas anual o desempenho da arrecadação em relação à previsão, porém, não destaca nenhuma providência no âmbito da fiscalização.	100%



1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	Relação de despesas sem prévio empenho do exercício de 2023.	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Na análise do ponto de controle referente à realização de despesas sem emissão de prévio empenho, identificamos que em diversas transações ocorreram restituições de saldos de convênios sem a devida emissão do prévio empenho. Conforme os registros fornecidos: 1. Em março de 2023, a transação de número 0000529/2023 totalizando R\$ 15.042,59. 2. Em abril de 2023, a transação de número 0000790/2023 totalizando R\$ 2.310,36. 3. Em agosto de 2023, a transação de número 0001958/2023 totalizando R\$ 159.947,84. 4. Em setembro de 2023, as transações de números 0002204/2023 (R\$ 8.135,97), 0002205/2023 (R\$ 8.862,54), 0002222/2023 (R\$ 51.881,32), e 0002242/2023 (R\$ 23.966,54). É fundamental destacar que, nos casos de restituição de saldo de convênio, a devolução dos valores foi efetuada em atendimento às solicitações do órgão/entidade responsável.	100%
-------	---	--	--------------------------	---	---	------



1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	Verificação documental: relatório de pagamentos efetuados- movimento financeiro.	CRFB/88, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	O atraso na transferência dos recursos correspondentes às dotações orçamentárias para os órgãos do Poder Legislativo, ocorrido em 21/09/2023 em vez da data prevista de 20/09/2023, se justifica por um lapso operacional que envolveu o tesoureiro que promoveu a conclusão do seu sistema apenas no 21º dia, e assim também fez o gestor. A Câmara devolveu R\$ 63,02 reais em 28/12/2023.	100%
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Lei 924/2020 Balanço Orçamentário Balanço Financeiro	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência	Existem obrigações que não foram pagas no exercício de 2023, que tendem ao pagamento no exercício de 2024.	100%

1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Valores dos processos de pagamentos das contribuições previdenciárias patronais	CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998, art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	O pagamento das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares foram realizadas de forma tempestiva.	100%
-------	---	---	---	--	--	------



1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	Relatório documental. Relatório de pagamentos efetuados Movimento financeiro.	CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998, art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	As obrigações contraídas foram todas pagas	100%
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor	Valores das relações das liquidações realizadas das obrigações previdenciárias dos segurados no exercício de 2023.	CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9717/1998 art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Verificou-se na análise da amostra selecionada que houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência. Ademais, o Município não dispõe de regime próprio de previdência, valendo-se do regime geral.	100%
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	relatório de empenho emitido do software de contabilidade pública no exercício de 2023.	CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9717/1998 art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	análise em processos físicos, bem como relatórios da prefeitura no exercício de 2023.	100%
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilizado com inventário.	Demonstrativo Analítico das entradas e saídas de Bens Móveis, Resumo do Inventário de bens Móveis e Imóveis no Executivo no exercício de	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	A integralidade dos bens está evidenciada nas demonstrações e constam as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão e as devidas reavaliações.	100%



		2023.				
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Demonstrativo analítico das entradas e saídas de Bens móveis e imóveis, resumo do inventário de bens móveis e imóveis durante o exercício de 2023.	Lei 4.320/1964, art. 94.º	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	As informações de bens patrimoniais estão em conformidade com a legislação. A Portaria Municipal nº 911/2022 criou a comissão de inventário, avaliação, reavaliação e depreciação de bens patrimoniais em 2023.	100%

1.3.3	Disponibilidade das financeiras - Depósito e aplicação em Instituições financeiras oficiais.	A LRF - LC 101/00. As disponibilidades de caixa dos entes da federação serão depositadas conforme o § 3º do artigo 164 da CF. As disponibilidades de caixa da união serão depositadas no banco central, as dos Estados, do Distrito federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais ressalvados os casos previstos em Lei.	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	100%
-------	--	--	--	--	--	------



1.3.4	Disponibilidade das financeiras - Depósito e aplicação confirmação externa.	Verificado na conciliação bancária. Extrato consolidado extrato de aplicações financeiras.	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras	100%
1.3.5	Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo do sistema tributário com as demonstrações contábeis. Ponto de Controle: sistema tributário com as demonstrações contábeis.	Lei 4.320/1964 arts. 94 a 96. Lançamento fechado das dívidas ativa 2023. Relatório da dívida ativa escrita Balancete Analítico Contábil.	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Valores inscritos em dívida ativa estão evidenciados nas demonstrações contábeis.	100%



1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	Lançamento fechado das dívidas ativa 2023. Relatório da dívida ativa escrita Balancete Analítico Contábil.	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 10	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação.	Valores inscritos em dívida ativa estão evidenciados nas demonstrações contábeis, bem como foram realizadas as devidas cobranças regulares para os débitos inscritos em dívida ativa e demais créditos tributação do órgão.	100%
1.3.7	Obrigações contraídas no último ano de mandato.	Existem obrigações contraídas nos dois últimos quadrimestres deixadas para o exercício subsequente. Os valores a pagar se encontram no relatório "Relação de restos a pagar processados de 2023 a 2023.	LC 101/2000, art. 42.	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.	As obrigações contraídas no período foram pagas ou foi deixado recursos para saldá-las.	100%
1.4.1	Educação - aplicação mínima	Conformidade verificação documental efetuada no demonstrativo simplificado do RREO	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69 e Instrução Normativa TC 76/2021	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. No caso dos	Constatou-se que o município aplicou o percentual de 33,5%, a título de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, atendendo o disposto no artigo 212 da CRFB/88 e artigo 69 da LDB.	100%



				Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA		
--	--	--	--	---	--	--

1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	Conformidade verificação documentação efetuada Demonstrativo simplificado do relatório resumido da execução orçamentária RREO. Despesas com Manutenção e desenvolvimento do ensino.	CRFB/88 - Art.212 – A, inciso XI.	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	O Município investiu R\$ 5.175.220,01 (cinco milhões cento e setenta e cinco mil duzentos e vinte reais e um centavo), correspondente ao percentual de 89,65% dos recursos do FUNDEB.	100%
1.4.4	Saúde – aplicação mínima	Demonstrativo simplificado do relatório resumido da execução orçamentária. Despesas com ações e serviços públicos de saúde	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de	Aplicados em ações e serviços públicos de saúde e equivalente a R\$ 5.779.599,95 (cinco milhões setecentos e setenta e nove mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos), representando 21,02% nas ações e serviços de saúde.	100%



				cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.		
1.4.6	Despesas com pessoal – abrangência	Conformidade verificação documental efetuada no RGF. Demonstrativo da despesa com pessoal.	LC 101/2000, art. 18.	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	Todas as despesas com terceirização de pessoal foram consideradas no cálculo do limite de gastos.	100%
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Conformidade verificação documental efetuada no RGF - demonstrativo da despesa com pessoal.	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município) se foram observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	100%



1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento nas despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II do artigo 21 da LRF. -	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas do artigo 21 da LRF.	Todos os atos praticados com despesa de pessoal foram precedidos de observância aos limites do artigo 21 inciso I e II da LRF.	100%
1.4.9	Despesas com pessoal – aumento das despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato – nulidade do ato	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidas cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato.	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.	Não se aplica ainda. Pois não estamos a 180 dias fim do mandato do chefe do executivo	100%
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	Conformidade verificação documental efetuada no RGF - Demonstrativo da despesa com pessoal.	da LRF, avaliar se foram adotadas as medidas	Se a despesa total com pessoal exceder 95% do limite máximo permitido para o Poder, avaliar se foram observadas as medidas restritivas previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF.	As despesas totais com pessoal em 2023 não excederam 54% do limite máximo permitido pela LRF. A despesa liquidada consolidada estava em 49,74% do limite, o que representa um valor de R\$ 20.224.527,37.	100%



1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	Conformidade verificação documental efetuada no RGF. Demonstrativo da despesa com pessoal	LC 101/2000, art. 48, parágrafo único	Se a despesa total com pessoal ultrapassar o limite estabelecido no artigo 20 da LRF, avaliar se foram adotadas as medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF (e 169, §§ 3º e 4º da CF/88).	R\$ 20.224.527,37, ou seja, 49,74% da receita corrente líquida, portanto não ultrapassou o limite estabelecido no artigo 20, I, "b" da LRF.	100%
1.4.12	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	As contratações no exercício 2023 foram em cargos comissionados já existentes, em cargos criados por lei e em processos seletivos para suprir as saídas com contratos no seu término	CRFB/88, art. 169, § 1º.	<p>Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência:</p> <p>I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;</p> <p>II – de autorização</p>	A folha se manteve com percentuais exigidos em lei. Em 2023 houve a aprovação de leis que criaram cargos//aumento de remuneração, quais sejam: Lei nº 703/2023 - Reajuste do piso salarial dos agentes comunitários de saúde e agentes comunitários de endemias Lei nº 680/2023 - Fixação de subsídios para o Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e Secretários Lei nº 686/2023 - Cria os cargos de professor de deficiência intelectual/TEA, professor de libras/instrutor, professor interprete de libras e professor de deficiência visual Lei nº 694/2023 - Estabelece a estrutura e o funcionamento do conselho tutelar Lei nº 679/2023 - Altera o número de vagas do cargo de assessor jurídico de gabinete	100%



				específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.		
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	Verificação documental: relatório de pagamentos efetuados - movimento financeiro.	CRFB/88, art. 29- A, § 2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram aos dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	O atraso na transferência dos recursos correspondentes às dotações orçamentárias para os órgãos do Poder Legislativo, ocorrido em 21/09/2023 em vez da data prevista de 20/09/2023, se justifica por um lapso operacional que envolveu o tesoureiro que promoveu a conclusão do seu sistema apenas no 21º dia, e assim também fez o gestor. A Câmara devolveu R\$ 63,02 reais em 28/12/2023.	100%
1.4.15	Dívida pública – extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária – redução do valor excedente	Relatório de Gestão Fiscal, conformidade - Revisão analítica efetuada no demonstrativo RGF Demonstrativo da dívida	LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Avaliar se a dívida consolidada do Estado/Município ultrapassou o respectivo limite ao final de um quadrimestre. Em caso positivo, verificar se a mesma foi reconduzida ao seu limite até o término dos três Contas	Receita corrente líquida R\$ 62.724.205,33. Limite da resolução 120% sobre a RCL: 75.269.046,39 (Setenta e cinco milhões, duzentos e sessenta e nove mil, quarenta e seis reais e trinta e nove centavos.). A dívida consolidada do município no 2º Semestre R\$ 50.656.497,59 (Cinquenta milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e noventa e sete reais e	100%



		consolidada 1º e 2º semestre. Orçamento fiscal.		de Governo 198 excedente trimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.	cinquenta e nove centavos). 80,76% sobre a receita corrente líquida.	
1.4.16	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – limite	Conformidade - Revisão Analítica. Efetuada no demonstrativo de Operação.	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 10.	Avaliar se houve contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, verificar se o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não excedeu o limite de 7% (sete por cento) da receita corrente líquida.	O Município não contratou operações de crédito no exercício de 2023.	100%
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade e com o normativo do TCE	PCA - Documentos integrados	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar de os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Os documentos que integram a PA estão em conformidade.	100%
1.5.2	Segregação de funções.	Consiste na separação das funções de autorização, aprovação,	CRFB/88, art. 37.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação,	Todas as funções foram atendidas no que tange a distribuição e execução.	100%



		execução, controle e contabilização.		execução, controle e contabilização das operações.		
--	--	--	--	--	--	--

3. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

3.1. Plano Plurianual

As metas previstas para o Plano Plurianual para o quadriênio **2022/2025** do Município de Ponto Belo, foram estabelecidas na Lei Municipal nº 637 de 30, de novembro de 2021.

A arrecadação de receitas do nosso município, efetivou-se de modo superou a expectativa, sendo, portanto, suficiente para cumprir o Plano Plurianual, conforme listado abaixo.

PPA NOVO				
SECRETARIA	VALOR PPA FIXADO	VALOR EXECUTADO	SALDO PPA EMPENHAR	PRC PPA EXETUTADO
GABINETE DO PREFEITO	R\$ 1.327.916,65	R\$ 2.001.132,73	-R\$ 673.216,08	150,70%
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO	R\$ 74.025,00	R\$ 23.373,17	R\$ 50.651,83	31,57%
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E	R\$ 1.845.900,00	R\$ 5.692.913,62	-R\$ 3.847.013,62	308,41%



FINANÇAS				
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLV. ECONÔMICO	R\$ 1.311.975,00	R\$ 1.793.449,15	-R\$ 481.474,15	136,70%
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	R\$ 10.310.675,04	R\$ 17.252.154,20	-R\$ 6.941.479,17	167,32%
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES	R\$ 3.108.066,09	R\$ 8.122.937,69	-R\$ 5.014.871,60	261,35%
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	R\$ 978.600,00	R\$ 899.889,22	R\$ 78.710,78	91,96%

3.2 – Lei de Diretrizes Orçamentárias

As metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias foram instituídas pela Lei Municipal nº de 669 de 20 de outubro de 2022.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS NA LDO

LDO	
DESCRIÇÃO	VALOR
Total da Despesa para fins de Apuração do Limite	R\$ 40.970.346,22
% do Total da Despesa Líquida com Pessoal	106,10%



4 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – Elaboração do Orçamento

O orçamento do Município de Ponto Belo para exercício financeiro de 2023, foi elaborado conforme disposições contidas na Lei 4.320/64 e demais legislações pertinentes, e foi aprovado através da Lei nº 672, de 15 de dezembro de 2022 e Lei nº 669 de 20 de outubro de 2022.

A receita foi estimada em R\$ 42.000.000,00 e a despesa foi fixada em igual valor, conforme tabelas abaixo:

RECEITAS

Receitas Correntes	RS	38.049.000,00
- Impostos, Taxas e Contribuições de melhora.	RS	1 767.375,00
- Contribuições	RS	500.000,00
- Receita Patrimonial	RS	375.000,00
- Receita Agropecuária	RS	3.000,00
- Receita Industrial	RS	0,00
- Receitas de Serviços	RS	40 000,00
- Transferências Correntes	RS	41.372 500,00
- Outras Receitas Correntes	RS	12 000,00
- (-) Dedução pelo FUNDEB	RS	6 020 875,00
Receitas do Capital	RS	3.951.000,00
- Operação de Crédito	RS	3 000,00
- Alienação de Bens	RS	60 000,00
- Amortização de Empréstimos	RS	0,00
- Transferências de Capital	RS	3 888 000,00
TOTAL GERAL	RS	42.000.000,00



DESPESAS

DESPESA POR ÓRGÃO

Poder Legislativo*	RS	1.320.000,00
-Camara Municipal	RS	1 320.000 00
Poder Executive	R\$	40,950.000,DCF
-Gabmete do Prefeito	RS	1.524 182.52
-Secretaria Municipal de Administrate e Finan as	RS	2 695 642,351
-Secretaria Municipal de Gestao e Planejamento	RS	43500.00
-Secretaria Municipal de Infra Estrulura e Transportes	RS J	3.782.062,94
-Fundo Municipal de Saude	RS	11.402 171.68
-Secretaria Municipal de Educa ao, Cultura e Esporte	RS	11.191 690,51
-Fundo Municipal de Assistencia Social	RS	7 103 500.00
-Secretana Municipal de Agriculture e Desenvolvimento Economise	RS	1 662 750.00
-Secretaria Municipal de Meio Amb ente e Turismo	RS	1 274 500,00
Total dos Órgaos	RS	42.000.000,00



4.2 - Execução do Orçamento

<div><div><div>MUNICIPIO DE PONTO BELO</div><div>PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO</div><div>ESPIRITO SANTO</div><div>01.614.334/0001-18</div><div>ANEXO XII - BALANCO ORNAMENTÁRIO</div><div>BALANCO - EXERCÍCIO DE 2023</div></div></div>				
RECEITAS ORCAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (€)	ALDO d=(c-b)
Receitas Correntes (I)	31.977.000,00	36.341.130,01	34.862.413,73	(1.478.716,28)
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.767.375,00	1.787.375,00	2.145.334,45	357.959,45
Contribuintes	500.000,00	500.000,00	738.458,90	238.458,90
Receita Patrimonial	115.000,00	802.762,24	405.096,81	(397.665,43)
Receita Agropecuária	3.000,00	3.000,00		(3.000,00)
Receita de Serviços	20.000,00	20.000,00		(20.000,00)
Transferências Correntes	29.561.625,00	33.217.992,77	31.573.523,57	(1.644.469,20)
Outras Receitas Correntes	10.000,00	10.000,00		(10.000,00)
Receitas de Capital (II)	2.229.000,00	5.198.358,06	6.899.165,56	1.700.807,50
Operações de Crédito	3.000,00	3.000,00		(3.000,00)
Alienação de Bens	60.000,00	60.000,00		(60.000,00)
Transferências de Capital	2.166.000,00	5.135.358,06	6.899.165,56	1.763.807,50
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV)	34.206.000,00	41.539.488,07	41.761.579,29	222.091,22
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	34.206.000,00	41.539.488,07	41.761.579,29	222.091,22
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	34.206.000,00	41.539.488,07	41.761.579,29	222.091,22
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES(UTILIZADOS PARA		5.166.895,53	3.736.483,70	
Superavit Financeiro		3.859.613,02	3.736.483,70	
Reabertura de Créditos Adicionais		1.307.282,51		



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO j=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	18.018.202,92	25.944.185,01	25.135.722,20	24.548.596,64	23.860.869,79	808.462,81
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.611.965,07	13.624.495,31	13.406.506,35	12.836.882,32	12.153.801,47	217.988,96
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	10.000,00				10.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.396.237,85	12.309.689,70	11.729.215,85	11.711.714,32	11.707.068,32	580.473,85
DESPESAS DE CAPITAL (X)	4.156.125,40	10.836.286,42	10.650.127,59	10.650.127,59	10.650.127,59	186.158,83
INVESTIMENTOS	3.916.125,40	10.560.982,71	10.384.185,41	10.384.185,41	10.384.185,41	176.797,30
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	240.000,00	275.303,71	265.942,18	265.942,18	265.942,18	9.361,53
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	22.174.328,32	36.780.471,43	35.785.849,79	35.198.724,23	34.510.997,38	994.621,64
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XIV)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externas						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	22.174.328,32	36.780.471,43	35.785.849,79	35.198.724,23	34.510.997,38	994.621,64
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)			5.975.729,50			
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	22.174.328,32	36.780.471,43	41.761.579,29	35.198.724,23	34.510.997,38	994.621,64
RESERVA DO RPPS (XII)						

5 - CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Os créditos suplementares atingiram o valor de R\$ 18.308.746,21 correspondendo à 43,59% da Despesa Fixada, respeitando o limite de 50% fixado nas leis nº 669 de 20 de outubro de 2022 – LDO e nº 672 de 15 de dezembro de 2022 – LOA.

5.1 - Créditos Especiais

Os créditos especiais atingiram o valor de R\$ 1.388.558,42.

6 - COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA NOS EXERCÍCIOS DE 2021, 2022 e 2023

**COMPARATIVO DA RECEITA REALIZADA - EXERCÍCIO DE 2021, 2022 E 2023**

EXERCÍCIO	2021		
ESPECIFICAÇÃO	FIXADAS	REALIZADAS	DIFERENÇA
RECEITA CORRENTE	R\$ 33.908.000,00	R\$ 28.946.447,74	R\$ 4.961.552,26
RECEITA DE CAPITAL	R\$ 840.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 640.000,00
TOTAL	R\$ 30.900.000,00	R\$ 29.146.447,74	R\$ 1.753.552,26

EXERCÍCIO	2022		
ESPECIFICAÇÃO	FIXADAS	REALIZADAS	DIFERENÇA
RECEITA CORRENTE	R\$ 33.821.000,00	R\$ 32.642.447,38	R\$ 1.178.552,62
RECEITA DE CAPITAL	R\$ 3.102.000,00	R\$ 7.398.442,57	R\$ 4.296.442,57
TOTAL	R\$ 33.075.000,00	R\$ 40.040.889,95	R\$ 6.965.889,95

EXERCÍCIO	2023		
ESPECIFICAÇÃO	FIXADAS	REALIZADAS	DIFERENÇA
RECEITA CORRENTE	R\$ 38.049.000,00	R\$ 34.862.413,73	R\$ 3.186.586,27
RECEITA DE CAPITAL	R\$ 3.951.000,00	R\$ 6.899.165,56	(R\$ 2.948.165,56)
TOTAL	R\$ 42.000.000,00	R\$ 41.761.579,29	R\$ 238.420,71

7 - COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA NOS EXERCÍCIOS DE 2021, 2022 E 2023**COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA - EXERCÍCIO DE 2021, 2022 E 2023**

EXERCÍCIO	2021		
ESPECIFICAÇÃO	FIXADAS	REALIZADAS	DIFERENÇA
DESPESAS	R\$ 30.900.000,00	R\$ 17.820.512,35	R\$ 13.079.487,65

EXERCÍCIO	2022		
ESPECIFICAÇÃO	FIXADAS	REALIZADAS	DIFERENÇA
DESPESAS	R\$ 33.075.000,00	R\$ 27.842.601,62	R\$ 5.232.398,38

EXERCÍCIO	2023		
ESPECIFICAÇÃO	FIXADAS	REALIZADAS	DIFERENÇA
DESPESAS	R\$ 42.000.000,00	R\$ 34.510.997,38	R\$ 7.489.002,62



8 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO FINANCEIRA

8.1 - Balanço Financeiro

INGRESSOS			J s p n o s		
ESPEC'IFK A<AÕ	Exercicio Atual	Exercicio .Anterior	ESPECIFICACAO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
RECEITA ORÇAMENTARIA (I)	41.761.579,29	40.840.189,95	DESPESA ORÇAMENTARIA (VI)	35.7K5.849,79	2832X586,49
RECURSOS ORDINARIOS		15.779.880,35	RECURSOS ORDINARIOS		9313.155,55
RECURSOS VINCULADOS	41.761.579,9	24.261.009,60	RECURSOS VINCULADOS	35.785.849,79	19.009.430,94
RECURSOS NAO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERENCIAS DE IMPOSTOS	16.824.187,92	15.779.880,35	RECURSOS NAO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERENCIAS DE IMPOSTOS	9.748.397,79	8303.564,61
RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENÇA DE IMPOSTOS - SAUDE	4.124.925,54	4.154.123,71	RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENÇA DE IMPOSTOS - MDE	4387.607,8	4.014.422,73
RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENÇA DE IMPOSTOS - MDE	2.129.195,01	1.911.047,67	TRANSFERENÇAS DO FUN DEB - IMPOSTOS E TRANSFERENÇAS DE IMPOSTOS - TO	686.867,11	1202433,70
TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERENÇAS DE IMPOSTOS - 30	1.725.532,64	1.661210,83	TRANSFERENÇAS DO FUN DEB - IMPOSTOS E TRANSFERENÇA DE IMPOSTOS - TO	5.41X97286	424724335
TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERENÇAS DE IMPOSTOS - 70	4.060.304,79	3.461.082,80	TRANSFERENÇA DO SALARIO EDUCACAO	294361,04	248.899,0H
TRANSFERENÇA DO SALARIO EDUCACAO	286.166,78	235290,66	TRANSFERENÇAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONA	12434321	97.521,76
TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRI	12,18	31,55	TRANSFERENÇAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENCES AO PROGRAMA NACIONA	61.147,26	6024037
TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONJ	124.209,49	86.748,11	OUTRAS TRANSFERENÇAS DE RECURSOS DO FNDE	491.290,46	14X254,61
TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONJ	49.828,85	51306,91	TRANSFERENÇAS DO ESTADO REFERENTES A CONVENIO TRANSPORTE ESCOLAR	2221.033,42	1.409.925,62
OUTRAS TRANSFERENÇAS DE RECURSOS DO FNDE	569.985,74	15.058,07	TRANSFERENÇAS DO ESTADO REFERENTES A CONVENIO FUNPAES - FUNDO M. DI	172067,13	
TRANSFERENCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVENIO TRANSPORTE ESCOLAR	2217.91923	1.425359,53	TRANSFERENÇAS DO ESTADO REFERENTES A CONVENIO FEMEIEF - FUNDO M. EE		612495,84
TRANSFERENCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVENIO FUNPAES - FUNDO M. D	200.389,83	4743,14,07	TRANSFERENÇAS DO ESTADO REFERENTES A CONVENIOS FUNPAES EQUIP AMEN	85328,09	
TRANSFERENCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVENIO FEMEIEF - FUNDO M. E		1.070380,63	FUNDO M. DE EDUC. INF. E ENSINO FUNDAMENTAL FEMEIEF CONST CRECHE ITAS	97U.RH1.54	
TRANSFERENCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVENIOS FUNPAES EQUIPAMEN	174.181,43	401.175,92	CONVENIO PARA AQUISICAO DE COMPUTADORES - SEDU - 00S'2022	1439X01	
FUNDO M. DE EDUC. INF. E ENSINO FUNDAMENTAL FEMEIEF CONST CRECHE ITA	513.090,70		OUTROS RECURSOS VINCULADOS A EDUCACAO	92325,93	281,70
CONVENIO PARA AQUISICAO DE COMPUTADORES - SEDU - 00812022	16.408,79		FUNDO TRANSFERENCIA ESPECIAL PARA AQUISKpAO DE UM TRATOR AGRICOLA		10,4,5
OUTROS RECURSOS VINCULADOS A EDUCACAO		28.886,19	CONVENIO PARA AQUISICAO DE PATRULHA MECANIZADA E IMPLEMENTOS AGRH		153.000,00
FUNDO TRANSFERENCIA ESPECIAL PARA AQUISICAO DE UM TRATOR AGRICOLA	5.998,83	6.429,30	CONVENIO PARA CONSTRUCAO DE PONTES EM ESTRADAS VICINAIS CORREOO DC	77.67627	
CONVENIO PARA AQUISICAO DE PATRULHA MECANIZADA E IMPLEMENTOS AGRH		175.850,22	LEI PAULO GUSTAVO - PROJETOS CULTURAIS AUDIOVISUAL	24.633,4(1	
CONVENIO PARA CONSTRUCAO DE PONTES EM ESTRADAS VICINAIS CORREGO D<	265.861,28		LEI PAULO GUSTAVO - PROJETOS CULTURAIS DEMAIS AREAS	601.H44.3G	
LEI PAULO GUSTAVO - PROJETOS CULTURAIS AUDIOVISUAL	25.574,62		OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS OU INSTRUM ENTOS CONGENERES DA		16.46731
LEI PAULO GUSTAVO - PROJETOS CULTURAIS DEMAIS AREAS	63.152,94		CONVENIO INFRAESTRUTURA DO LOTEAMENTO ARGOLO	1.71636630	75.895 JW
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS OU INSTRUMENTOS CONGENERES DA	1.605,20	17.693,14	CONVENIO PAVIMENTAQAO E DRENAGEM BAIRRO VISTA DOURADA N° 35,2021	1.100.709,53	6430
CONVENIO INFRAESTRUTURA DO LOTEAMENTO ARGOLO	1.527.532,92	288.950,47	CONVENIO CONSTRUCAO DE QUIOSQUE, ARQUIBANCADA E MURO DISTRITUTO D	520K5,72	806.892,66
CONVENIO PAVIMENTAQAO E DRENAGEM BAIRRO VISTA DOURADA N° 35,2021	1.110.299,71	50.400,83	CONVENIO PARA AQUISICAO DE UM TRATOR AGRICOLA - W 8M1 102019	23.96634	
CONVENIO CONSTRUCAO DE QUIOSQUE, ARQUIBANCADA E MURO DISTRITLTO D	6.834,73	847.482,62	CONVENIO PARA AQUISICAO DE MATERIAIS ESPORTIVOS- N° 45/2021	15.04X59	17.689,45
CONVENIO PARA AQUISICAO DE UM TRATOR AGRICOLA - N° 8861 102019	1.458,93		CONVENIO CONSTRUCAO DO PORTICO DE ACESSO AO PARQUE IND - 04822022	98.143,12	92935,77
CONVENIO PARA AQUISICAO DE MATERIAIS ESPORTIVOS- N° 45,2021	243,15	31.633,61	REPASSES DE RECURSOS MEIO AMBIENTE - MO. 1.DESCENTRALIZADO	34245,48	
CONVENIO CONSTRUCAO DO PORTICO DE ACESSO AO PARQUE IND - 04R2022	97.651,48	93353,30	CONVENIO CONSTRUCAO DA PRAÇA DO BALNEARIO DOURADO - 046,2022	19U.H21,47	
PASSES DE RECURSOS MEIO AMBIENTE - MO. 1.DESCENTRALIZADO	132.425,77	60318,16	CONVENIO PARA REFORMA DA ARQUIBANCADA, QUADRA POLIESPORTIVA E QUA		237.265,77
CONVENIO CONSTRUE AO DA PRAÇA DO BALNEARIO DOURADO - 046Z2022	106.775,00	84.046,47	CONVENIO PARA INSTALACAO DE GRADIL DO PARQUE INTANTIL JOAO RIBEIRO D		38250,02
VENIO PARA REFORMA DA ARQUIBANCADA, QUADRA POLIESPORTIVA E QUI		237201,27	CONVENIO REFORMA DO CENTRO DE GERAQAO, EMPREGO E RENDA DE ITAMIRA		308217,19
VENIO PARA INSTALACAO DE GRADIL DO PARQUE INTANTIL JOAO RIBEIRO E		38.644,69	FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE PONTO BELO	101,80	
VENIO REFORMA DO CENTRO DE GERAQAO, EMPREGO E RENDA DE ITAMIRA	1.153,68	317.493,96	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS OU INSTRUM ENTOS CONGENERES DOI	105.720,11	



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESPIRITO SANTO
01.614.334/0001-18

BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2023

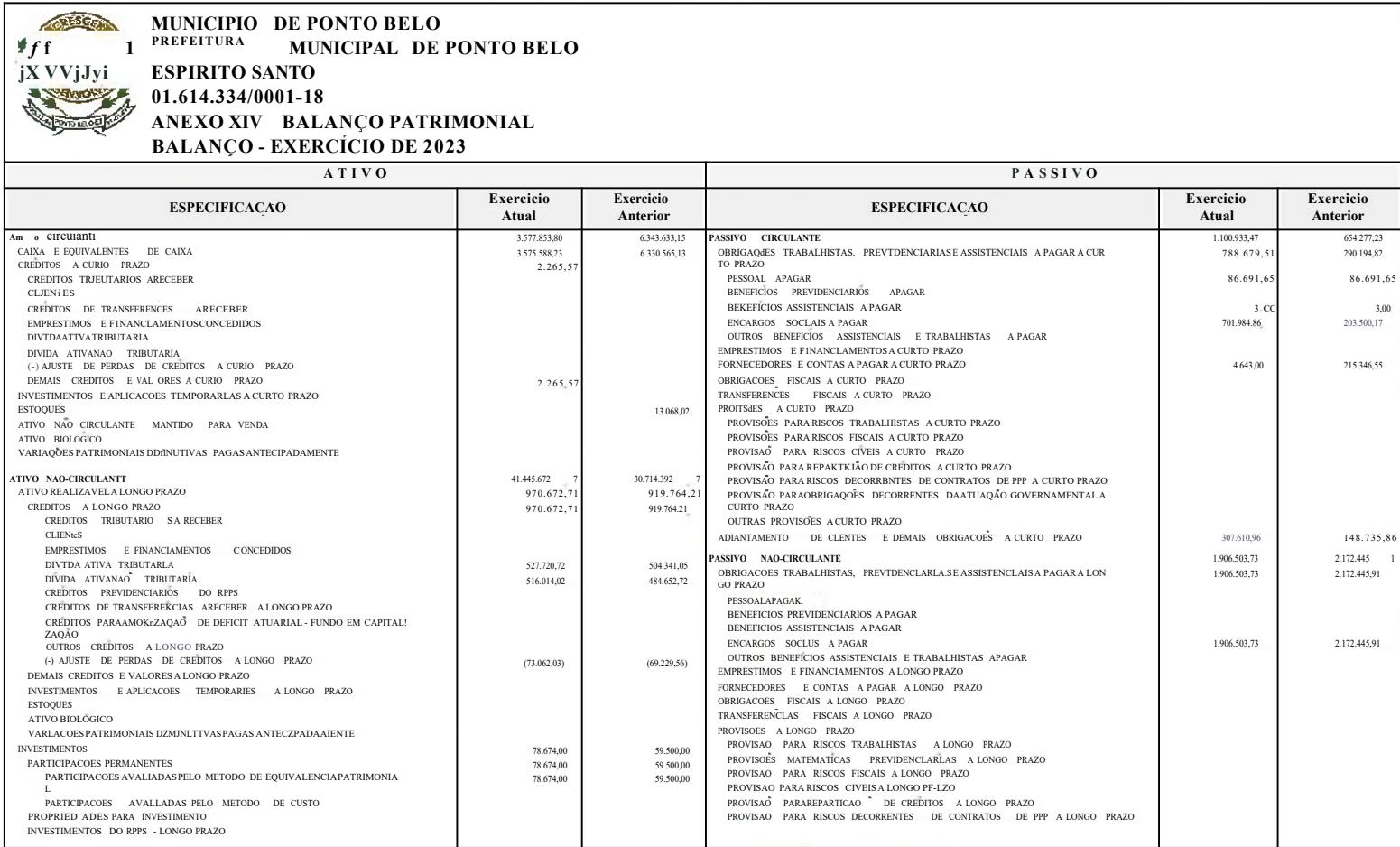
E&L Conlabilidade Puhlica Eletronica [S]



<div><div><div><div><div><div></div><div>GOIÁS</div></div><div><div><div></div><div><div>MUNICÍPIO DE PONTO BELO</div></div></div><div><div><div>4/ Z'yJ'X</div><div>At</div></div><div><div><div>ESPIRITO SANTO</div><div>01.6 14.334/000 1-18</div></div></div><div><div><div>BALANÇO FINANCEIRO</div><div>DE 2023</div></div></div></div></div></div></div></div></div>					
INGRESS OS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
SINDIUPES	11.438,40	29.906,00	SINDIUPES	10.079,03	49.347,54
EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS BANESTES	575.684,79	649.574,43	EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS BANESTES	575.664,79	649.574,43
EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS CAIXA ECONOMICA FEDERAL	91.723,87	69.019,61	EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS CAIXA ECONOMICA FEDERAL	90.991,67	69.642,10
EMPRESTIMO BRADESCO	4.002,24	1.667,60	EMPRESTIMO BRADESCO	4.002,24	1.667,60
DEPÓSITOS RECEBIDOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL		359,05	DEPÓSITOS RECEBIDOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL	359,05	
DEPOSITOS E CAUSES	177,07	21 78,46	DEPOSITOS E CAUSAS		1.840,40
CONTRIBUÍDO AO RGPS - SERVIDORES E AGENTES POLITICOS	1.524.540,85	1.121.641,25	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS - SERVIDORES E AGENTES POLITICOS	1.410.839,06	1.040.886,01
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS - PESSOA FÍSICA E JURÍDICA	857.789,15	213.714,18	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS - PESSOA FÍSICA E JURÍDICA	834.376,31	197.556,74
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - SERVIDORES E AGENTES PÚBLICOS	330.734,91	339.663,18	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - SERVIDORES E AGENTES PÚBLICOS	330.734,91	415.764,92
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - PESSOA FÍSICA E JURÍDICA	111.838,68	1.834,35	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - PESSOA FÍSICA E JURÍDICA	111.838,68	4.042,58
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	75,23	957,76	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	75,23	957,76
ISS RETIDO PESSOA FÍSICA E JURÍDICA	404.004,28	290.468,12	ISS RETIDO PESSOA FÍSICA E JURÍDICA	404.004,28	334.092,70
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	156.855,50	196.168,58	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	156.855,50	193.117,17
CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALARIO FAMILIA PAGO	107.887,36	109.613,82	CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALARIO FAMILIA PAGO	107.887,36	109.408,74
CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALARIO MATERNIDADE PAGO	48.968,14	86.554,76	CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALARIO MATERNIDADE PAGO	48.968,14	83.708,43
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	6.330.565,13	7.822.545,38	SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	3.577.853,81	6.330.565,13
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.330.565,13	7.820.994,94	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.575.588,23	6.330.565,13
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	6.330.565,13	7.820.994,94	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	3.575.588,23	6.330.565,13
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		1.550,44	DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.265,57	
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS - A RECEBER		1350,44	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS - A RECEBER	2.265,57	
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	53.485.169,48	51.714.817,98	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	53.485.169,48	51.714.817,98

9 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO PATRIMONIAL

9.1 – Balanço Patrimonial





MUNICIPIO DE PONTO BELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESPIRITO SANTO
01.614.334/0001 18
ANEXO XIV BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO EXERCÍCIO DE 2023

DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES				PROXIMAÇÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A LONGO PRAZO		
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE INVESTIMENTOS				OUTRAS PROXIMAÇÕES A LONGO PRAZO		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÕES PERMANENTES				DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS				RESULTADO DIFERIDO	0	
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS - FUND O EM CAPITALIZAÇÃO				TOTAL DO PASSIVO	3.007.437,20	2.826.723,14
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS - FUND O EM REPARTIÇÃO				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES				ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMOBILIZADO	40.396.326,26	29.735.128,36		PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		
BENS MOVEIS	11.564.248,30	9.300.073,64		ADANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		
BENS IMOVEIS	32.340.395,65	22.669.915,33		RESERVAS DE CAPITAL		
(-) SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL PARA INVESTIMENTOS				AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(3.463.304,92)	(2.189.847,84)		RESERVAS DE LUCROS		
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MOVEIS	(323.011,46)	(2.189.797,30)		DEMAIS RESERVAS		
(-) EXAUSTÃO ACUMULADA - BENS MOVEIS	(231.293,46)	(50,54)		RESULTADOS ACUMULADOS	42.016.089,57	34.231.302,58
(-) EXAUSTÃO ACUMULADA - BENS IMOVEIS				SUPERÁVITOS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	7.784.786,99	2.558.771,75
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS MOVEIS				SUPERÁVITOS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	34.232.725,23	31.653.697,20
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS IMOVEIS				AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(1.422,65)	18.833,63
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MOVEIS - AVISOS DE CONCESSÃO				SUPERÁVITOS OU DÉFICITS RESULTANTES DE EXTINÇÃO, FUSÃO E CISA		
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMOVEIS - AVISOS DE CONCESSÃO				LUCROS A DESTINAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		
(-) EXAUSTÃO ACUMULADA - BENS IMOVEIS - AVISOS DE CONCESSÃO				RESULTADOS APURADOS POR EXTINÇÃO, FUSÃO E CISA		
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS IMOVEIS - AVISOS DE CONCESSÃO				(-) AÇÕES, COTAS EM TESOURELARIA		
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS IMOVEIS - AVISOS DE CONCESSÃO				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42.016.089,57	34.231.302,58
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO	(45.012,77)	(45.012,77)				
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO - BENS MOVEIS	(45.012,77)	(45.012,77)				
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO - BENS IMOVEIS						
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO - BENS IMOVEIS - AVISOS DE CONCESSÃO						
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO - BENS IMOVEIS - AVISOS DE CONCESSÃO						
INTANGÍVEL						
SOFTWARES						
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS						
DIREITO DE USO DE IMOVEIS						
PATRIMÔNIO CULTURAL INTANGÍVEL						
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA						
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - SOFTWARES						
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - MARCAS, DIREITOS E PATENTES						
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - DIREITO DE USO DE IMOVEIS						
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - PATRIMÔNIO CULTURAL INTANGÍVEL						
(-) OUTRAS AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS						
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEL						



MUNICIPIO DE PONTO BELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESPIRITO SANTO
01.614.334/0001-18
ANEXO XIV BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO EXERCÍCIO DE 2023

(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEL - SOFTWARES					
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEL - MARCAS, DIREITOS E PATENTES					
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEL - DIREITO DE USO					
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEL - PATRIMÔNIO CULTURAL INTANGÍVEL					
(-) OUTRAS REDUÇÕES AO VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEL					
DIFERIDO					
GASTOS DE IMPLANTAÇÃO E PRE-OPERACIONAIS					
GASTOS DE REORGANIZAÇÃO					
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA					
TOTAL	45.023.526,77	37.058.025,72	TOTAL	45.023.526,77	37.058.025,72



MUNICIPIO DE PONTO BELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESPIRITO SANTO
01.614.334/0001 18
ANEXO XIV BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO EXERCÍCIO DE 2023

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Ativo Financeiro	3.577.853,80	6.330.565,13	Passivo Financeiro	1.517.777,71	811.136,50
Ativo Permanente	41.445.672,97	30.727.460,59	Passivo Permanente	2.076.785,05	2.323.553,33
Saldo Patrimonial				41.428.964,01	33.923.335,99

Quadro das Contas de Compensates

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
EXECUÇÃO DE ATOS POTENCIAIS ATIVOS	17.830.752,84	15.555.062,38	EXECUÇÃO DE ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	21.427.207,66	19.900.232,91
EXECUÇÃO DE GARANTIAS CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	1.311,34	1.134,37	EXECUÇÃO DE GARANTIAS CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNEROS	17.829.441,50	15.553.928,11	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNEROS	642.918,66	582.918,66
EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	11.160.114,81	19.317.314,35
DEMANDAS JUDICIAIS			DEMANDAS JUDICIAIS		
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS			EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	9.624.174,14	
TOTAL	17.830.752,84	15.555.062,38	TOTAL	21.427.207,66	19.900.232,91

9.2 – Movimentação Patrimonial

Os saldos dos bancos conferem com os Extratos Bancários devidamente conciliados em 31/12.

No “Caixa” consta um valor de R\$ 6.330.565,13, conforme verificação efetuada no balanço Financeiro e Termo de Conferência de Caixa.

O saldo de devedores diversos confere com os créditos da entidade com terceiros de curto prazo.

9.3 – Almoxarifado



O saldo dos bens em Almoxarifado confere com o Inventário dos bens em estoque de 31/12/2023.



Almoxarifado 14

TABELA 14
RESUMO DO INVENTÁRIO DO ALMOXARIFADO - MATERIAL DE CONSUMO


1

<div>  <div> IDENTIFICAÇÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO ANO REFERENCIA: 2023 PERÍODO: 01/01/2023 até 31/12/2023 </div>  </div>										
UG: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE										
CONTA contábil	Descrição p/Subitem Contábil	Valores do Inventário FÍSICO				Valores registrados na Contabilidade				Divergência A - B
		Saldo Anterior	Entradas	Saídas	Saldo Atual - A	Saldo Anterior	Entradas	Saídas	Saldo Atual - B	
115610100000	MATERIAL DE CONSUMO		1.348.706,35	1.348.706,35			1.348.706,35	1.348.706,35		
115610200000	GENÉRIOS ALIMENTÍCIOS		226.078,56	226.078,56			226.078,56	226.078,56		
115610300000	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO		47.063,64	47.063,64			47.063,64	47.063,64		
115610400000	AUTOPEÇAS		154.329,94	154.329,94			154.329,94	154.329,94		
115610500000	MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES	7.848,55	1.052.664,42	1.060.512,97		7.848,55	1.052.664,42	1.060.512,97		
115610600000	MATERIAIS GRÁFICOS		62.875,25	62.875,25			62.875,25	62.875,25		
115610700000	MATERIAL DE EXPEDIENTE		300.866,25	300.866,25			300.866,25	300.866,25		
TOTAL		7.848,55	3.192.584,41	3.200.432,96		7.848,55	3.192.584,41	3.200.432,96		
Observação										

Almoxarifado 16

TABELA 16
RESUMO DO INVENTÁRIO DO ALMOXARIFADO - MATERIAL PERMANENTE

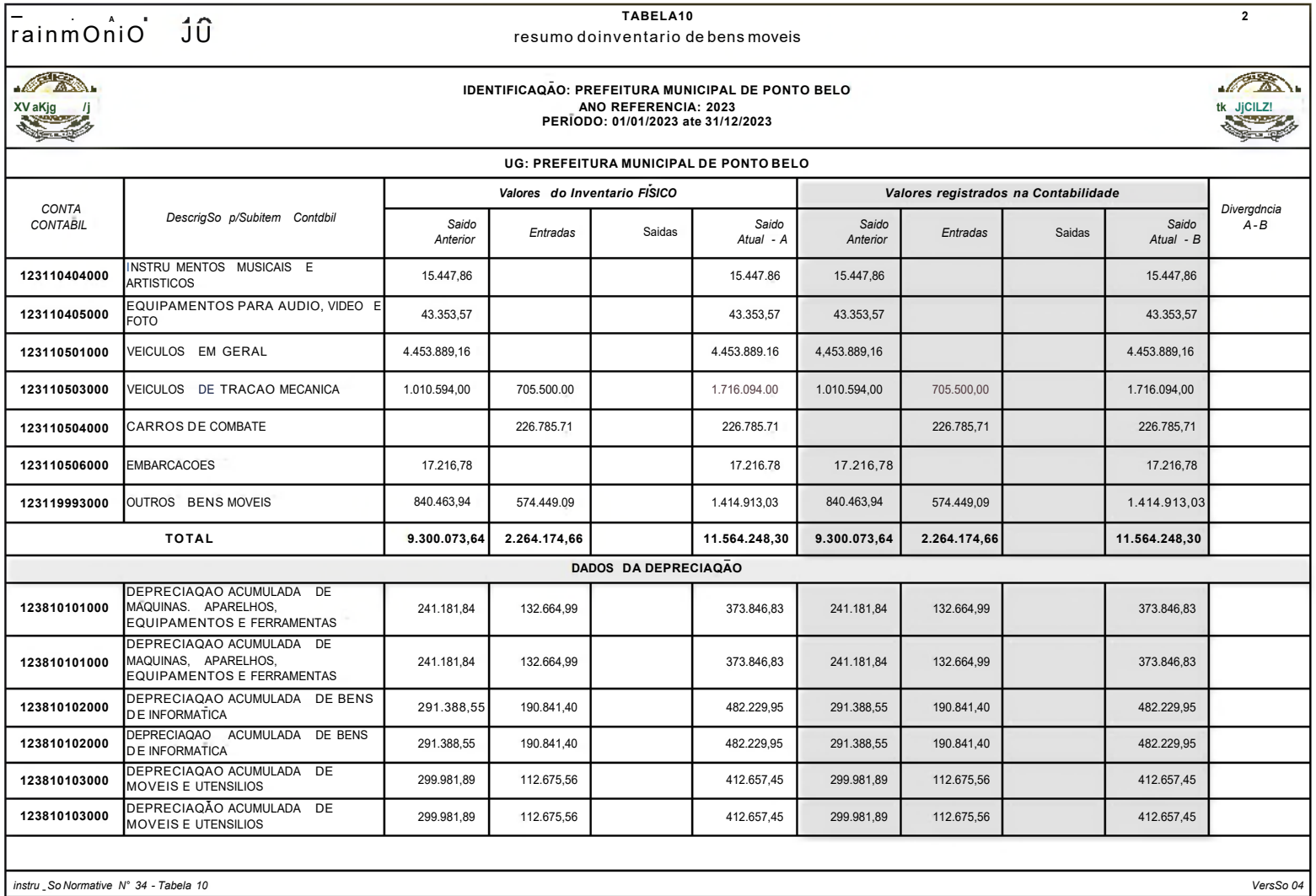
1

<div>  <div> IDENTIFICAÇÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO ANO REFERENCIA: 2023 PERÍODO: 01/01/2023 até 31/12/2023 </div>  </div>										
UG: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE										
CONTA CONTÁBIL	Descrição p/Subitem Contábil	Valores do Inventário FÍSICO				Valores registrados na Contabilidade				Divergência A - B
		Saldo Anterior	Entradas	Saídas	Saldo Atual - A	Saldo Anterior	Entradas	Saídas	Saldo Atual - B	
115810000000	OUTROS ESTOQUES - CONSOLIDAÇÃO		949.306,77	949.306,77			949.306,77	949.306,77		
TOTAL			949.306,77	949.306,77			949.306,77	949.306,77		
Observação										

9.4 – Dívida Ativa

A Dívida Ativa apurada em 31/12/2022 perfaz um total de R\$ 988.993,77. Apropriado o referido valor com saldo da dívida ativa, demonstrado no Balanço Patrimonial do exercício de 2022, deduzindo-se o valor recebido durante a execução orçamentária de 2023, apurou-se que o saldo da dívida ativa é de R\$ 1.043.737,74.

No exercício de 2023, a execução da cobrança administrativa/judicial, proporcionou a arrecadação de R\$ 10.970,91 que representa 1,05% do seu valor total.





Patrimonio 12

1

Patrimônio 12

TABELA 12

RESUMO DO INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS



9.5.1 - Mutações Patrimoniais Ativas e Passivas:

- O total de bens móveis incorporados por aquisição confere com o total da despesa realizada no elemento de despesa 3.4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.

– O total de bens imóveis de domínio patrimonial incorporados por aquisição e construção, confere com a despesa realizada nos elementos da despesa 3.4.4.90.51.00 – Obras e Instalações e 3.4.4.90.61.00 – Aquisição de Imóveis.

– O total da baixa por amortização da Dívida Fundada Interna confere com o total da despesa realizada nos elementos da despesa 3.4.6.00.00.00 – Amortização da Dívida.

– O total da baixa por cobrança da Dívida Ativa confere com a receita arrecadada na rubrica 41930.00.00.00 – Receita da Dívida Ativa.

– O total de bens móveis desincorporados por alienação confere com o total da receita arrecadada na rubrica 42210.00.00 – Alienação de Bens Móveis.

– O total da inscrição da Dívida Fundada referente aos contratos de Empréstimos e Financiamentos confere com o total da receita arrecadada na rubrica 42110.00.0 – Operações de Crédito Internas.

9.5.2 - Independentes da Execução orçamentária - Ativas e passivas

– Os valores de incorporações de bens por verificação, recadastramento, transferências e doações confere com a Demonstração dos Bens Incorporados.

– O valor da inscrição da Dívida Ativa Tributária confere com o valor apurado pelo Setor de Tributação.

– O valor da atualização da Dívida Ativa Tributária confere com o valor apurado pelo Setor de Tributação.

– O valor das entradas no Almoxarifado confere com o valor apurado pelo Setor de Almoxarifado.

– Os valores de baixas de bens por verificação, transferências e doações confere com o Demonstrativo dos Bens Desincorporados.

– O valor das baixas no almoxarifado confere com o valor apurado pelo Setor de Almoxarifado.

– O valor de inscrição da Dívida Fundada contratada no exercício confere com o contrato.



C) O valor da atualização da Dívida Fundada confere com a declaração/certidão da entidade credora.

10 - ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES PARA INSCRIÇÃO DE DESPESAS EM RESTOS A PAGAR

Quanto aos Restos a Pagar inscritos no exercício, estes estão dentro dos preceitos da Lei Complementar nº 101/2000, totalizando o montante de R\$ 1.294.240,78 de restos a pagar processados e R\$ 974.111,10, restos a pagar não processados.

11 - ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

DESPESA TOTAL COM PESSOAL

TÍTULOS	ANO ATUAL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (A)	R\$ 40.970.346,22
GASTOS COM PESSOAL DA PREFEITURA (B)	R\$ 20.197.431,09
PERCENTUAL APLICADO PELA PREFEITURA (B/A)	50,03%

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tornando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência de empenho da folha de pagamento.

O relatório de Gastos com Pessoal demonstra que o Poder Executivo obedeceu ao limite de 54% nos gastos com pessoal, não contrariando, portanto, o artigo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

12 - ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REFERENTE AO REPASSE MENSAL DE RECURSO AO PODER LEGISLATIVO



REPASSE DE RECURSOS PARA A CÂMARA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECEITA DA CÂMARA - EXERCÍCIO ATUAL	R\$ 1.320.000,00
ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO (EXERCÍCIO ANTERIOR)	R\$ 47.254.210,02
% REPASSE	2,79%

Os repasses efetuados ao Poder Legislativo representam 2,79% da Arrecadação do Município e, portanto, obedeceram ao disposto na Emenda Constitucional de 25/2000.

O Poder Executivo atentou para o limite máximo, quanto para o mínimo.

A Câmara devolveu em 28/12/2023 um saldo de R\$ 63,02 estando, portanto, abaixo do limite máximo permitido e de acordo com a proporção fixada na lei orçamentária.

13 – CONCLUSÃO

O órgão central da Prefeitura Municipal de Ponto Belo, acompanhou a execução orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, bem como analisou as demonstrações contábeis e os registros que deram origem as mesmas, para então, emitir o parecer sobre as contas do exercício de 2023.

Acompanhou-se de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando a proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, e a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração.

Através dos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificou-se que todas as recomendações expedidas por este sistema de controle interno foram objetos de ações com vistas ao cumprimento delas.

Finalmente, procedeu-se ao exame do Processo de Prestação de Contas levantado em 31 de dezembro de 2023, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade da



administração. Verificou-se o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balança Patrimonial, Inventário geral Analítico, Demonstrativo dos Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, Demonstrativo dos Recursos Recebidos do FUNDEB e sua Aplicação, Demonstrativo dos Gastos com Pessoal e Serviços de Terceiros, Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, Demonstrativo das Receitas mensais para verificação dos limites estabelecidos pela EC25/00 e demais demonstrações contábeis.

PONTO BELO, 31 de março de 2024.

Controlador Interno